

# Comissões farão leis ordinárias

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Durante a Assembleia Nacional Constituinte funcionarão na Câmara e no Senado comissões especiais destinadas a emitir pareceres e selecionar projetos de leis ordinárias e outras proposições que devam ser submetidas aos plênarios da Câmara e do Senado. A comissão da Câmara terá 10 deputados e a do Senado, 21 senadores. Todos os líderes também participarão das comissões na respectiva Casa. Os trabalhos da Constituinte deverão ser transmitidos pela televisão, por 30 minutos diários.

Esta foi a fórmula intermediária encontrada ontem na tentativa de evitar o estrangulamento dos traba-

lhos da Assembleia Constituinte pelo funcionamento simultâneo com a Câmara, Senado e Congresso Nacional (Câmara e Senado Reunidos). Essas comissões evitarão o acúmulo de matérias na pauta da ordem do dia da Câmara e do Senado, dentro da preocupação de atribuir à Assembleia Constituinte "prioridade" sobre o funcionamento das sessões das casas legislativas ordinárias.

A criação das comissões especiais de triagem de projetos não impedirá a eleição regular dos novos dirigentes da Câmara e do Senado — problema que o deputado Ulysses Guimarães tentou evitar, sem êxito.

O presidente da Constituinte terá a atribuição de determinar o uso das dependências da Câmara e do

Senado para o funcionamento pleno da Assembleia Constituinte, de suas comissões e subcomissões, bem como de seus serviços administrativos e técnicos. Terá poderes, também, de requisitar servidores do Legislativo, e outras providências necessárias ao funcionamento da Constituinte.

Sobre a transmissão das sessões da Constituinte pela TV, a proposta inicial, do líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), previa apenas a regulamentação das televisões educativas. O PDT e o PT sugeriam rede nacional, numa espécie de "Voz do Brasil" pela TV, durante meia hora, de segunda a sexta. O princípio da transmissão foi acolhido, mas a forma de execução está ainda indefinida.

Decidiu-se que a Câmara, o Se-

nado e, eventualmente, o Congresso Nacional (deputados e senadores reunidos) realizarão sessões em horários não-coincidentes com as reuniões da Assembleia Constituinte. Não vingou proposta do PT, do PDT e do PDS de convocar extraordinariamente o atual Congresso, durante o recesso, para votar normas de funcionamento da Assembleia Constituinte.

Todas as questões foram examinadas, ontem, em reunião de quase três horas vedada à imprensa, na residência oficial do presidente do Senado, José Fragelli, com Ulysses Guimarães (presidente da Câmara), líderes do PMDB, PDS, PFL, PDT, PCB, PT, e secretários-gerais das Mesas da Câmara e do Senado.

## Montoro é contra Ulysses como vice

O governador Franco Montoro manifestou-se ontem totalmente contrário à tese, defendida por alguns premebistas, de eleição indireta do presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, para a vice-presidência da República. Reafirmando sua posição de que o mandato do presidente José Sarney deve ser de quatro anos, Montoro salientou, contudo, que caberá à Assembleia Nacional Constituinte decidir sobre o assunto.

Montoro desmentiu comentários de que, ao propor um seminário dos governadores do PMDB e dos eleitos em novembro, esteja pensando em sua candidatura à sucessão de Sar-

ney: "Esse encontro não tem nenhum sentido político, e muito menos o de candidatura à Presidência da República. Antes de se cogitar sobre isso é preciso que a Assembleia Nacional Constituinte fixe o regime a vigorar no Brasil — presidencialismo ou parlamentarismo — e a data das futuras eleições. Só depois é que se colocará o problema das eventuais candidaturas".

Segundo Montoro, o ideal seria a realização de eleições de dois em dois anos: para a Presidência da República, governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas; e para prefeituras e Câmaras Municipais. "Is-

so foi discutido durante muitos anos e é a conclusão de todos. O ideal é que as eleições para presidente da República coincidam com as de governadores, senadores e deputados, pois se as separarmos teremos uma perturbação da vida pública brasileira todos os anos. Por isso, as eleições devem ser de dois em dois anos, para que a população se conscientize dos problemas e participe de uma forma mais efetiva", acrescentou.

Sobre a disposição do governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, de apresentar sua candidatura à sucessão de Sarney, na convenção do partido, caso o deputado Ulysses Guimarães não pletete o cargo,

Montoro respondeu: "Acho que é um direito e uma atitude perfeitamente normal. A data da eleição do presidente da República ainda vai ser fixada pela Constituinte e na hora oportuna caberá ao partido decidir a respeito".

Indagado se também submeteria seu nome à convenção, caso Ulysses não seja candidato, o governador foi enfático: "Nesse momento, não pretendo fazer nenhuma reivindicação nesse sentido. As circunstâncias é que não indicam a melhor solução. Acho que o governador de Minas tem todo o direito de pletetar e seria um bom candidato."